

- XXXVI -

## **AGENDA GLOBALMENTE ESTRUTURADA DA EDUCAÇÃO E A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR**

**Maria Geralda Oliver Rosa**

Instituto Federal do Espírito Santo - Campus Vila Velha  
mrosa@ifes.edu.br

**Claudia Tavares do Amaral**

Universidade Federal de Goiás – UFG, Regional Catalão  
claudiatamaral@gmail.com

**Rômulo Sousa de Azevedo.**

Universidade Federal de Goiás – UFG, Regional Catalão  
romulo.sousadm@gmail.com

### **INTRODUÇÃO**

O objetivo do presente estudo documental é analisar a Agenda Globalmente Estruturada da Educação (AGEE) disseminada pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e seus impactos na educação brasileira, especificamente por meio da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), implementada em 2018.

Como efeito do processo de globalização, “[...] as coisas, as gentes e as ideias movem-se em múltiplas direções, desenraízam-se, tornam-se volantes ou simplesmente desterritorializam-se”. Tudo isso tem desencadeado uma onda de conflitos, o que reflete na demanda de novos desafios à educação (IANNI, 1998, p. 1).

Nesse cenário, alguns organismos internacionais, dentre eles a OCDE vem por meio de seus relatórios disseminando conhecimento, buscando que as pessoas, no governo ou fora dele, estejam encorajadas a reformar os serviços públicos, para que abracem um modo de ofertá-los com estabelecimento de objetivos de desempenho eficazes e se coloquem como parceiras nesta tarefa. Nesse sentido, essa organização tem definido uma ‘agenda globalmente

estruturada' para a educação (DALE, 2001; 2004; ANTUNES, 2004, SOUZA, 2016, ROSA, 2017).

Portanto, em decorrência do movimento de globalização, que se transverteu “de um sistema neoliberal, diversos setores da vida social, em particular a educação, são agora pensados para além do nível nacional” (ROSA, 2017, p.20). Nesse sentido, os governos passam a usar a OCDE entre outros organismos como elemento de justificativa das políticas por eles elaboradas e instituídas como regulação, o que engloba tanto a formação dos professores como influencia todas as questões que são atinentes à sua formação profissional. (ROSA, 2017, p. 3).

## DESENVOLVIMENTO

Em meados da década de 1990 a educação passa a ser vista em termos instrumentais, portanto, a OCDE substitui o discurso normativo sobre as questões educacionais e passa a usar a discussão técnica como instrumento de comparação baseada em resultados.

A estrutura difundida pela OCDE perpassa por três tipos de conhecimentos, a saber: os “indicadores e comparações” mobilizados para direcionarem certos problemas para a agenda política; as “boas práticas” como fontes de certo tipos de condutas apresentadas na forma de narrativa; e os “saberes baseados na experiência” usados para preparar a fase de implementação das políticas, unindo conhecimento e política, aprendizagem e regulação. (BARROSO; AFONSO, 2011, p. 20-22).

Ao analisarmos a BNCC e a reforma do ensino médio de 2018 percebe-se a preconização da assimilação e adaptação das orientações dos documentos da OCDE (2016, 2018) por meio do uso das informações do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)<sup>26</sup>, bem como o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) como forma de justificar essa reforma.

Nessa perspectiva, é importante destacar que a BNCC construiu sua fundamentação pedagógica com foco nas competências utilizando do mesmo foco teórico adotado nas avaliações internacionais do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA/OCDE) e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

---

<sup>26</sup> Criado em 2007 com objetivo de alcançar até 2022 para a primeira etapa do Ensino Fundamental a meta 6, como forma de equiparar a média dos estudantes dos países da OCDE. O IDEB utiliza as médias de desempenho da Prova Brasil, para escolas e municípios, e do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), para os Estados e o País, realizados a cada dois anos.

(UNESCO). Portanto, com o conceito de competência definido como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e sócio emocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho. Faz-se necessário ressaltar, que foi com esse conceito que os referenciais de currículo em competências foram construídos<sup>27</sup>. (MAQUINÉ, AZEVEDO, 2018).

Assim, com esse foco pedagógico e com o desmonte<sup>28</sup> de diversas políticas educacionais a BNCC teve sua aprovação articulada a um plano de privatização e mercantilização da educação. Essas reformas no sistema educacional brasileiro implementadas num modelo neoliberal foram idealizadas sob a racionalização tecnológica dos currículos, que de forma acrítica pretendem profissionalizar nossos jovens e adultos, com foco nos resultados (SOUZA, 2016).

## CONCLUSÕES

Considerando o documento da BNCC aprovado em 2018 e as orientações normativas para essa reforma questiona-se: Que perspectiva de homem e de sociedade essa reforma enfatiza? Que projeto de sociedade é esse que retrocede em sua proposta de racionalidade técnica em detrimento da formação cidadã, crítica, comprometida com os problemas sociais?

O governo federal, ao fundamentar a BNCC com conceito similar de competência disseminado nos documentos internacionais, dentre eles os da OCDE (2016, 2018), busca justificar tal ação como forma de garantir a “igualdade educacional” (BRASIL, 2017, p. 15).

A estratégia usada pelo Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação para a discussão do texto da BNCC enfatizou as boas práticas em forma de narrativas por meio de diversos tipos de mídia e os saberes baseados na experiência como forma de preparar a fase de implementação das políticas, unindo conhecimento e política, aprendizagem e regulação. Esse retrocesso trouxe para os vocacionados pela formação de professores mais um motivo para o prélio por uma escola pública, laica, gratuita, de qualidade e que de fato alcance a todos.

---

<sup>27</sup> Ver Parecer CNE/CP N°: 15/2017.

<sup>28</sup> EC 95/2016 (congelamento dos investimentos em educação por vinte anos); aumento do cálculo do custo do aluno por sala (PNE 2014-2024); Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID); corte de verbas das universidades públicas, Institutos Federais; do fim do princípio de liberdade de ensinar e aprender (CF) - escola sem partido.

## REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Fátima. **Políticas educativas nacionais e globalização: novas instituições e processos educativos: O subsistema de escolas profissionais em Portugal (1987-1998)**. Braga: Universidade do Minho, 2004.
- BARROSO, João; AFONSO, Natércio. (Org.). **Políticas educativas: mobilização de conhecimento e modos de regulação**. Fundação Manoel Leão, V.N.Gaia, 2011.
- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2017.
- BRASIL. Portaria nº 1.570, publicada no D.O.U. de 21/12/2017, Seção 1, pag. 146. **Homologa o Parecer CNE/CP n. 15 /2017**
- DALE, Roger. Globalização e educação: demonstrando a existência de uma "cultura educacional mundial comum" ou localizando uma "agenda globalmente estruturada para a educação"? **Educação, Sociedade & Culturas**, Porto, n.16, p. 133-169, 2001.
- DALE, Roger. Globalização e educação: demonstrando a existência de uma “cultura educacional mundial comum” ou localizando uma “agenda globalmente estruturada para a educação”. **Educação & sociedade**, v. 25, n. 87, p. 423-460, 2004.
- IANNI, Octávio As Ciências Sociais na época da globalização. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** - vol. 13 nº 37, São Paulo, 1998.
- MAQUINÉ, Gilmara Oliveira; AZEVEDO, Rosa Oliveira Marins. **COMPETÊNCIAS NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES: DA LDB À BNCC**. **REVES - Revista Relações Sociais**, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 0111-0120, maio 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufv.br/ojs/reves/article/view/3132/1492>>. Acesso em: 04 fev. 2019.
- OCDE. Relatórios Econômicos. **Resumo**. Fevereiro, 2018. Disponível em: <<http://www.oecd.org/eco/surveys/economic-survey-brazil.htm>> Acesso em; 20 de jan. 2018.
- OECD. **Global Competency for an Inclusive World**. Paris: OECD, 2016. Disponível em: <<http://www.oecd.org/pisa/aboutpisa/Global-competency-for-an-inclusive-world.pdf>>. Acesso em: 23 mar. 2018.
- ROSA, M.G.O. **O papel da OCDE na formulação e implementação de políticas de formação inicial/profissionalização de professores: os casos Brasil e Portugal (1990-2013)**. 2017. 327f. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. 2017.
- SOUZA, Ângelo Ricardo de. A teoria da agenda globalmente estruturada para a educação e sua apropriação pela pesquisa em políticas educacionais. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação-Periódico científico editado pela ANPAE**, v. 32, n. 2, p. 463-485, 2016.

UNESCO. **Oficina Regional de Educación de la Unesco para América Latina y el Caribe.** Laboratorio Latinoamericano de Evaluación de la Calidad de la Educación (LLECE). Disponível em:  
<<http://www.unesco.org/new/es/santiago/education/education-assessment-llece>>.  
Acesso em: 23 de dez. 2018.